



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (2025)

**IMPACTOS DE UM SEMESTRE SUPLEMENTAR PÓS-GREVE:¹
A VOZ DE UMA AMOSTRA DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR FEDERAL**

*IMPACTS OF A POST-STRIKE SUPPLEMENTAL SEMESTER: THE VOICE
OF A SAMPLE OF STUDENTS IN FEDERAL HIGHER EDUCATION*

Andriele Raisla de Souza Macedo²
André Luiz Sena da Rocha³

RESUMO

O presente estudo analisa os impactos da implantação de um semestre suplementar após a greve nacional da educação federal de 2024, a partir da percepção de estudantes de uma Universidade Federal do Nordeste Brasileiro. A pesquisa insere-se no contexto das paralisações nas universidades públicas federais e das estratégias institucionais de reorganização dos calendários acadêmicos, com destaque para o modelo intensivo por blocos. O problema de pesquisa buscou compreender de que forma o semestre suplementar impactou a aprendizagem, a organização acadêmica e a saúde mental dos estudantes. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa aplicada, com abordagem quantitativa e qualitativa, objetivo descritivo e procedimento do tipo survey. A população era composta por 1.290 estudantes regularmente matriculados, dos quais 50 participaram da pesquisa, com margem de erro de $\pm 11,41\%$ e 90% de confiança. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário virtual, aplicado entre junho e novembro de 2025. Os resultados indicam que, embora o semestre suplementar tenha possibilitado a continuidade acadêmica, a maioria dos estudantes relatou dificuldades relacionadas ao ritmo acelerado, à sobrecarga de atividades e à concentração de avaliações, além de prejuízos na aprendizagem e impactos negativos na saúde mental. O nível de satisfação geral mostrou-se predominantemente neutro a moderado, reconhecendo o modelo como útil em situações emergenciais. Conclui-se que o semestre suplementar pode ser adotado como medida excepcional, desde que acompanhado de planejamento pedagógico adequado e suporte institucional ao estudante.

Palavras-chave: Semestre suplementar. Greve nas Universidades Federais. Ensino Superior no Brasil.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso defendido ao Curso de Graduação em Ciência e Tecnologia, no dia 19 de dezembro de 2025, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel junto a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus Angicos.

² Orientando do Curso de Graduação em Ciência e Tecnologia, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus Angicos.

³ Orientador do Curso de Graduação em Ciência e Tecnologia, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus Angicos.

ABSTRACT

This study analyzes the impacts of implementing a supplemental semester following the 2024 national federal education strike, based on the perceptions of students at a Federal University in Northeast Brazil. The research is situated within the context of strikes in federal public universities and institutional strategies for reorganizing academic calendars, with an emphasis on the intensive block model. The research problem sought to understand how the supplemental semester impacted student learning, academic organization, and mental health. Methodologically, this is an applied research study with a quantitative and qualitative approach, descriptive objectives, and a survey-based procedure. The population consisted of 1,290 regularly enrolled students, of whom 50 participated in the study, resulting in a margin of error of $\pm 11.41\%$ and a 90% confidence level. Data collection occurred through an online questionnaire administered between June and November 2025. Results indicate that while the supplemental semester enabled academic continuity, the majority of students reported difficulties related to the fast-paced nature of the courses, workload overload, and the concentration of assessments, in addition to learning deficits and negative impacts on mental health. The overall satisfaction level was predominantly neutral to moderate, with the model being recognized as useful in emergency situations. The study concludes that the supplemental semester may be adopted as an exceptional measure, provided it is accompanied by adequate pedagogical planning and institutional student support.

Keywords: Supplemental semester. Federal University strikes. Higher Education in Brazil.

1 INTRODUÇÃO

É notório que as Universidades Federais têm grande importância no cenário atual do País, ocupando uma posição de grande relevância ao atuar como meio intermediário estratégico na promoção da equidade social, por meio da ampliação do acesso ao ensino superior, de forma gratuita e de qualidade à formação acadêmica. As Universidades Públicas Federais do Brasil exercem um papel essencial no desenvolvimento científico, social e econômico, são também centros de excelência em diversas áreas do conhecimento, desempenhando a função central no avanço da ciência, sendo responsáveis por mais de 90% das pesquisas científicas realizadas no país (Santos, 2024).

As instituições são mantidas pelo Governo Federal, e tem como missão, não apenas oferecer ensino de qualidade, mas também promover a pesquisa e a extensão universitária. Isso significa que, além de formar profissionais capacitados, essas universidades contribuem diretamente para a produção de conhecimento e para o atendimento das demandas da sociedade. Em tempos de crise no país, como na época da pandemia da Covid-19, as Universidades Federais também mostraram sua importância ao contribuir com pesquisas, produção de insumos e ações sociais voltadas ao combate da doença. Portanto, as Universidades Públicas Federais não são apenas centros de ensino, mas pilares fundamentais para o progresso sustentável do país.

Até 2002, a Rede Federal de Educação Superior no Brasil contava com 148 campi distribuídos por 114 municípios. A partir de 2003, iniciou-se um processo de expansão focado na interiorização das universidades públicas federais. Essa iniciativa resultou em um crescimento expressivo: até o final de 2011, o número de cidades atendidas saltou para 237. Esse ciclo de expansão viabilizou a fundação de 14 novas universidades e 126 campi, ampliando significativamente a oferta de cursos e vagas, com destaque para a região Nordeste, que recebeu 42 dessas novas unidades. Em 2025, há 69 Universidades Federais espalhadas por todo o Brasil, das quais 20 estão localizadas no Nordeste do país. Vale salientar que estas 20 Universidades do Nordeste desempenham um papel estratégico “considerável” no desenvolvimento regional,

atuando como vetores de inclusão social, produção científica e fortalecimento da economia local (Melo et al., 2014).

Em uma região historicamente marcada por desigualdades socioeconômicas, as Universidades contribuem significativamente para a interiorização do ensino superior, levando educação de qualidade à cidades distantes dos grandes centros urbanos. Essas instituições ampliam o acesso ao ensino superior público e gratuito, especialmente para populações de baixa renda, oriundas de áreas rurais e urbanas periféricas. Além disso, promovem a formação de profissionais qualificados nas mais diversas áreas do conhecimento, que normalmente servem a demanda das mais diversas áreas de emprego naquela região, o que impacta diretamente no crescimento econômico e na melhoria dos serviços públicos direta e indiretamente, principalmente nas áreas de saúde e educação. Sendo também espaços de resistência e promoção da cidadania, promovendo ações de extensão que aproximam o saber acadêmico das necessidades sociais, e dos fatos históricos da região.

As Universidades Federais Brasileiras enfrentam, historicamente, diversos desafios que afetam o pleno funcionamento de suas atividades acadêmicas. Entre os principais problemas estão as greves recorrentes, motivadas por insatisfações com salários e condições de trabalho, que comprometem o calendário e a continuidade dos cursos. Soma-se a isso a limitação orçamentária, marcada por cortes frequentes de recursos que prejudicam desde o pagamento de bolsas e auxílios, até a manutenção básica das instituições (Ministério da Educação, 2025; ANDIFES, 2022).

Outro ponto crítico é a infraestrutura deficiente, evidenciada por laboratórios desatualizados, bibliotecas incompletas e prédios em más condições, resultado da falta de investimentos contínuos nas universidades federais as verbas destinadas a investimentos caíram cerca de 83% entre 2014 e 2023. Além disso, professores e alunos enfrentam grande sobrecarga: os docentes acumulam múltiplas funções com pouco suporte, enquanto os estudantes lidam com salas lotadas e carência de assistência estudantil, sendo muitos oriundos de escolas públicas com ensino defasado e necessitando de apoio financeiro e pedagógico para acompanhar as disciplinas (Cardoso, 2024).

No dia 15 de abril de 2024, se deu início a uma greve nacional da Educação Federal, protagonizada pelo Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), em articulação com o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, profissionais e tecnológica (SINASEFE) e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA). O movimento teve como principais pautas: o reajuste salarial, a reestruturação da carreira docente e de técnicos administrativos, bem como a ampliação do financiamento público às Universidades e Institutos Federais. A paralisação resultou na suspensão total ou parcial das atividades acadêmicas em diversas instituições, ocasionando impactos diretos no calendário letivo, na continuidade dos projetos de pesquisa e extensão e na rotina administrativa das Universidades.

A greve foi encerrada em 27 de junho de 2024, após negociações com o Governo Federal, que chegaram à formalização de um acordo prevendo reajustes salariais e compromissos com melhorias nas condições de trabalho, não só beneficiando docentes, como técnicos e discentes (Fernandes, 2024). As instituições, no exercício de sua autonomia universitária, iniciaram a reorganização de seus calendários acadêmicos, com o objetivo de reduzir os prejuízos pedagógicos decorrentes da paralisação. O movimento evidenciou, de forma contundente, a fragilidade estrutural das Universidades Públicas diante da escassez de recursos e da necessidade de políticas de valorização docente, reafirmando a importância do diálogo permanente entre o Estado e a comunidade acadêmica para garantir a sustentabilidade do ensino superior público no Brasil.

Em decorrência dos atrasos provocados pela greve nacional dos docentes das Instituições Federais, das quais comprometeu o andamento regular das atividades acadêmicas, uma Universidade Federal do Nordeste optou por adotar, de forma excepcional, a implantação de um semestre suplementar em 2024 (definido como 2024.3). A proposta tinha como objetivo, reorganizar o calendário acadêmico a partir da implementação de um período letivo mais curto, com cerca de 90 dias de duração, no qual a carga horária das disciplinas é concentrada e intensificada para garantir o cumprimento dos conteúdos programáticos essenciais. Essa estratégia representa uma tentativa institucional de mitigar os impactos do período de paralisação, preservando a progressão acadêmica e evitando a ampliação dos prejuízos pedagógicos. Embora a modalidade exija maior esforço e adaptação por parte dos discentes, especialmente em relação ao volume de aulas e à concentração de avaliações, o semestre suplementar surge como alternativa viável para assegurar a continuidade da formação universitária diante de um cenário adverso.

Portanto, este trabalho procura responder o seguinte problema de pesquisa: De que forma a implantação de um semestre suplementar, após a greve nacional da educação federal, impactou a aprendizagem, a organização acadêmica e a saúde mental dos estudantes de uma Universidade Federal do Nordeste? Para responder esse problema de pesquisa, o estudo tem como objetivo, avaliar as implicações do semestre suplementar na formação universitária, analisando se a estratégia de reorganização do calendário preservou a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e a saúde mental dos estudantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Papel das Universidades Públicas Federais no Brasil

As Universidades públicas Federais no Brasil contribuem de maneira decisiva para ampliar a igualdade de oportunidades educacionais e impulsionar o progresso das regiões, com ênfase nas localidades tradicionalmente menos favorecidas, com maiores desigualdades sociais, como é destacado o Nordeste Brasileiro. Sua missão social vai além do ensino superior, abrangendo a pesquisa, a extensão e a interiorização do conhecimento, visando à transformação social e ao fortalecimento das comunidades locais. A expansão das universidades federais, particularmente a partir dos anos 2000, foi impulsionada por políticas públicas como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto nº 6.096/2007.

O programa REUNI teve como objetivo aumentar a oferta de vagas no ensino superior público, com foco na interiorização das instituições. Entre 2003 e 2010, o número de campi no Nordeste aumentou 143% (Brasil, 2012). A interiorização das universidades federais ocasionou impactos expressivos nas dinâmicas sociais e econômicas das comunidades locais, uma vez que, diversos estudos (Bizerril, 2018; Costa Filho, 2019; Carmo et al., 2023) evidenciam que a implantação de novos campi tem contribuído para o fortalecimento do desenvolvimento regional, por meio da geração de empregos, da ampliação da infraestrutura e do estímulo à valorização da identidade cultural. Ademais, a presença dessas instituições de ensino superior tem desempenhado papel relevante na promoção da inovação e do empreendedorismo, favorecendo a criação de um ambiente propício à formulação de soluções voltadas às demandas e aos desafios regionais.

Em relação à equidade e à mobilidade social, Freitas et al. (2020) citam que as Universidades públicas Federais vêm implementando políticas de ação afirmativa, como o sistema de cotas destinado a estudantes oriundos de escolas públicas e a grupos étnico-raciais historicamente marginalizados. Tais políticas buscam democratizar o acesso ao ensino superior, ampliando as oportunidades educacionais para indivíduos de diferentes origens

socioeconômicas e culturais. Pesquisas indicam que essas medidas têm contribuído de maneira significativa para a redução das desigualdades educacionais e para o fortalecimento da justiça social (Martini, 2009).

Desta forma, as Universidades públicas Federais Brasileiras, ao cumprirem sua missão social e implementarem ações estratégicas, contribuem significativamente para a ampliação da equidade educacional e para o desenvolvimento de regiões com maiores desigualdades históricas. Sua função vai além da instrução acadêmica, promovendo mudanças sociais e fortalecendo os vínculos com as comunidades locais, consolidando-se como agentes fundamentais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Novaes e Fonseca, 2020).

2.2 Desafios Estruturais Históricos das Universidades Federais

As instituições Federais de ensino superior do país enfrentam obstáculos persistentes que comprometem seu funcionamento pleno e sua missão institucional. Em primeiro lugar, as limitações ou contingenciamentos orçamentários revelam-se como barreiras significativas, por exemplo, o estudo peditivo de Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC 95/2016) indica que, sob esse regime fiscal, as despesas de custeio, investimento e pessoal das instituições federais não poderão manter-se nos níveis exigidos já no início de aplicação do teto de gastos. Tal situação afeta diretamente as condições de infraestrutura, ampliação de vagas, manutenção de laboratórios e investimentos em pesquisa.

Paralelamente, a precariedade ou deficiência de infraestrutura material e laboratórios com equipamentos obsoletos, prédios com manutenção insuficiente e dificuldades operacionais, agrava a evasão e reduz a atratividade institucional, o que se soma à sobrecarga dos docentes e discentes. No que tange ao corpo docente, estudos como o de Queiroz (2024) e Gracioso (2025) evidenciam a intensificação da precarização, vínculos temporários, jornadas amplas, acúmulo de tarefas de ensino, orientação, pesquisa e administração. Esses fatores convergem para produzir efeitos indesejáveis, tais como: menor dedicação à pesquisa, menor qualidade de ensino, evasão crescente de estudantes vinculada à insuficiência de apoio à permanência e à infraestrutura, e desgaste profissional docente que pode repercutir na motivação, no adoecimento e na rotatividade de servidores.

A adoção da EC 95/2016 que fixou tetos para as despesas primárias da União por 20 anos, é frequentemente apontada como marco de uma política de austeridade que impactou fortemente as instituições federais de ensino superior. Estudos mostram que essa emenda gerou redução real nas dotações de investimentos e custeio das universidades federais, além de comprometer a expansão e a manutenção das atividades acadêmicas e de pesquisa (Felinto, 2022; Carvalho e Guimarães, 2025).

No âmbito do trabalho docente, a precarização aparece em múltiplas vertentes: o vínculo cada vez mais temporário ou por contrato, a terceirização de atividades, o aumento da carga de trabalho docente com menor autonomia e o impacto das reformas trabalhistas. Dessa forma, o trabalho docente deixa de contar com condições estáveis e favoráveis à dedicação e à excelência acadêmica, o que abre espaço para perdas em qualidade, comprometimento institucional e, por consequência, menos possibilidades de êxito dos estudantes e de impacto social da universidade (Oliveira et al., 2022; Almeida et al., 2024).

2.3 Greves na Educação Superior: Impactos Acadêmicos e Administrativos

As greves no ensino superior público brasileiro configuram um fenômeno recorrente, marcado pela interação entre demandas trabalhistas, limitações estruturais e disputas políticas sobre o financiamento das universidades. Nas instituições públicas federais e estaduais do

Nordeste, esses movimentos adquirem especial relevância devido ao papel estratégico que tais universidades desempenham no desenvolvimento regional e na oferta de educação, pesquisa e extensão em áreas diversas.

Historicamente, mobilizações como as greves nacionais em Instituições de Ensino Superior Federais, corridas em 2012 e 2015, exerceram forte influência sobre o modo como docentes e técnicos organizam as paralisações nos anos recentes (G1, 2012; IBDP, 2015). Esses movimentos, amplamente aderidos em diferentes estados do Nordeste, deixaram como legado formas consolidadas de negociação, estratégias de assembleia e mecanismos de diálogo entre Sindicatos, Reitorias e Governo Federal.

No período mais recente, em abril de 2024, diversas instituições nordestinas voltaram a enfrentar longas paralisações. A mobilização nacional, iniciada por docentes e técnicos-administrativos, afetou praticamente todos os estados da região (ANDES, 2024). Casos como o da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde a categoria docente permaneceu paralisada por quase dois meses, ilustram a intensidade desse processo (Ágora RN, 2024). Da mesma forma, assembleias sucessivas realizadas na Universidade Federal de Pernambuco demonstraram a continuidade da adesão às pautas nacionais e regionais (ADUFEPE, 2024). Esses exemplos evidenciam a persistência de demandas relacionadas a condições de trabalho, orçamento e reestruturação de carreiras.

Os impactos acadêmicos das greves são amplos e imediatos. A suspensão de aulas exige reorganização dos calendários, levando à reprogramação de semestres, adiamento de avaliações e, em alguns casos, compactação de conteúdos. Na pós-graduação, a interrupção de atividades de orientação e experimentação afeta prazos de defesas, execução de projetos financiados e continuidade de pesquisas laboratoriais. Para estudantes, especialmente os que dependem de auxílios financeiros e estágios obrigatórios, a incerteza institucional gera insegurança e pode alterar trajetórias acadêmicas (Mattos, 2013; Pinto e Cunha, 2024).

No âmbito administrativo, os efeitos também são significativos. A paralisação de setores como protocolo, atendimento acadêmico, análise de processos e emissão de documentos gera acúmulo de demandas que geralmente se estendem semanas após o fim da greve. Além disso, o processo de negociação entre governo, sindicatos e gestores universitários mobiliza recursos institucionais e, muitas vezes, obriga as universidades a revisarem metas administrativas, planejamentos financeiros e prioridades orçamentárias (Tribuna do Norte, 2024). Essas situações demonstram a complexidade da governança das instituições públicas de ensino superior, que precisam conciliar suas funções educacionais com um ambiente de restrições econômicas e demandas crescentes.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, pois, conforme destacam Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de investigação tem como finalidade a produção de conhecimentos voltados à aplicação prática, direcionados à solução de problemas reais e específicos, relacionados a necessidades concretas e a contextos locais.

Ainda de acordo com os autores, a abordagem da pesquisa é quantitativa e qualitativa, uma vez que o instrumento de pesquisa (questionário) apresentou perguntas fechadas, sendo calculados seus percentuais a partir dos valores absolutos. Como o questionário também apresentou perguntas abertas, o estudo também apresenta abordagem qualitativa.

O objetivo da pesquisa foi descritivo, uma vez que de acordo com Prodanov e Freitas (2013), “ocorre quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles”. O procedimento realizado foi *Survey*, visto que se fez uso de questionário para

coletar a percepção dos alunos sobre o semestre suplementar. É representado na Figura 1 a estrutura metodológica da pesquisa.

Figura 1 Estrutura metodológica.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

3.2 População, amostra e coleta de dados

A população desta pesquisa foi constituída por estudantes regularmente matriculados em uma Instituição de Ensino Superior (IES) localizada no estado do Rio Grande do Norte. Conforme informações do registro acadêmico da instituição, no segundo semestre de 2025, a universidade contava com 1.290 discentes ativos, distribuídos entre seis cursos de graduação: Bacharelado em Ciência e Tecnologia (551 alunos), Bacharelado em Sistemas de Informação (217), Engenharia de Produção (69), Engenharia Civil (78), Licenciatura em Pedagogia (240) e Licenciatura em Computação (135).

A amostra do estudo foi formada por uma parcela dessa população, totalizando 50 estudantes participantes. Considerando uma amostragem por proporção com variabilidade máxima, esse quantitativo corresponde a uma margem de erro de $\pm 11,41\%$, para um nível de confiança de 90%, conforme definido por Bolfarine e Bussab (2005). Destaca-se que, em razão da margem de erro ser superior a 10%, as análises e conclusões apresentadas neste trabalho restringem-se exclusivamente aos dados da amostra, não sendo realizadas inferências estatísticas para a população total.

No que se refere à coleta de dados, foi elaborado um questionário composto por 22 questões (20 fechadas e 2 abertas), aplicado por meio da plataforma Google Forms e disponibilizado a todos os estudantes da instituição via e-mail, enviado por suas coordenadorias nos meses entre junho a novembro de 2025 para todos os cursos da Instituição e para todos os alunos.

A aplicação ocorreu de forma anônima. Para a organização e apresentação dos dados em tabelas e gráficos, utilizou-se o software Microsoft Excel, versão 365.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente seção apresenta a análise descritiva dos dados coletados por meio do questionário aplicado aos alunos que fizeram parte da amostra, com o objetivo de compreender suas percepções, níveis de satisfação, dificuldades e aspectos positivos relacionados ao semestre suplementar, realizado em 2024, sendo denominado por 2024.3. As informações foram sistematizadas em 22 tabelas, que representam tanto variáveis sociodemográficas quanto avaliações referentes à experiência acadêmica nesse modelo intensivo por blocos.

4.1 Perfil dos respondentes

Ao analisar a **Tabela 1**, infere-se que a amostra é composta majoritariamente por discentes do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (48,0%), seguidos por estudantes de Engenharia de Produção (20,0%) e, em menor proporção, Sistemas de Informação, Pedagogia e as demais áreas do campus. Esse dado evidencia a predominância de cursos vinculados ao eixo das tecnologias na composição dos alunos que participaram da pesquisa. Em relação ao ano de ingresso, conforme exposto na **Tabela 02**, observa-se uma distribuição heterogênea, com representatividade desde 2018 até 2025. As maiores concentrações encontram-se nos anos de 2021 e 2022 (ambos com 18,0%), sugerindo que a maior parte dos respondentes encontra-se em estágio intermediário de formação.

Tabela 01 – Curso que estuda atualmente

Resposta	Frequência	
Bacharelado em Ciência e Tecnologia	24	48,0%
Bacharelado em Sistemas de Informação	5	10,0%
Engenharia Civil	3	6,0%
Engenharia de Produção	10	20,0%
Licenciatura em Computação	3	6,0%
Licenciatura em Pedagogia	5	10,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Tabela 02 – Ano de ingresso

Resposta	Frequência	
2018	1	2,0%
2019	7	14,0%
2020	7	14,0%
2021	9	18,0%
2022	9	18,0%
2023	7	14,0%
2024	7	14,0%
2025	3	6,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que se refere ao gênero (**Tabela 03**), identifica-se equilíbrio entre estudantes do gênero feminino (48,0%) e masculino (50,0%), refletindo uma amostra equilibrada do ponto de vista demográfico. Sobre a faixa etária, como mostrado na **Tabela 04**, a maioria encontra-se entre 19 e 25 anos, representando 60% dos participantes. Em conjunto com o ano de ingresso, esses dados indicam que a amostra é composta predominantemente por jovens adultos em período regular de graduação.

Tabela 03 – Gênero

Resposta	Frequência	
Feminino	24	48,0%
Masculino	25	50,0%
Prefiro não responder	1	2,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Tabela 04 - Faixa Etária

Resposta	Frequência	
19 a 25 anos	30	60,0%
26 a 30 anos	14	28,0%
31 a 35 anos	3	6,0%
36 a 40 anos	1	2,0%
Mais de 40 anos	2	4,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

4.2 Organização acadêmica e carga de estudos

A **Tabela 05** revela que a maior parte dos alunos que participaram da pesquisa cursou entre três e cinco disciplinas no semestre suplementar, o que indica uma carga acadêmica significativa para um período intensivo. Tal percepção é reforçada pela **Tabela 06**, na qual 50% dos respondentes avaliam a carga horária semanal como “pesada” ou “muito pesada”, enquanto apenas 4% a consideram “muito leve”. Esse dado pode evidenciar a ideia de que o formato concentrado por blocos gera maior pressão temporal sobre os discentes.

Tabela 05 - Quantas disciplinas cursou no semestre 2024.3?

Resposta	Frequência	
Uma disciplina	4	8,0%
Duas disciplinas	4	8,0%
Três disciplinas	15	30,0%
Quatro disciplinas	11	22,0%
Cinco disciplinas	9	18,0%
Seis disciplinas	5	10,0%
Mais de seis disciplinas	2	4,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Tabela 06 - Como avalia a carga horária semanal das disciplinas em cada bloco?

Resposta	Frequência	
Muito leve	2	4,0%
Leve	1	2,0%
Adequada	22	44,0%
Pesada	17	34,0%
Muito pesada	8	16,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto ao tempo disponível para estudo extraclasse, observa-se na **Tabela 07** que metade da amostra afirmou ter conseguido se dedicar, porém com dificuldades, enquanto 30% não tiveram tempo suficiente. Apenas 20% relataram ter estudado com tranquilidade. Esse cenário evidencia que, mesmo quando possível, o tempo fora das aulas foi percebido como insuficiente ou limitado.

Tabela 07 - Sentiu que teve tempo suficiente para se dedicar aos estudos fora das aulas?

Resposta	Frequência	
Não tive tempo suficiente	15	30,0%
Sim, com tranquilidade	10	20,0%
Sim, mas com dificuldades	25	50,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

4.3 Planejamento pedagógico e práticas docentes

Os dados referentes à organização e condução das aulas também forneceram importantes elementos de análise. Conforme apresentado na **Tabela 08**, grande parte dos discentes avaliou que as aulas foram bem planejadas e executadas “sempre” (32%) ou “frequentemente” (30%), somando 62% de percepções positivas. Entretanto, 38% mencionaram experiências irregulares ou inconsistentes, apontando que os resultados variaram entre docentes e disciplinas.

Em sintonia com esses resultados, a **Tabela 09** demonstra que 54% consideraram que as metodologias utilizadas facilitaram o aprendizado, enquanto 38% apontaram facilitação parcial e 8% afirmaram que os recursos não contribuíram. A predominância de avaliações

positivas, ainda que não unânimes, sugere que os métodos utilizados foram, em geral, adequados para o formato.

Tabela 08 - As aulas foram bem planejadas e executadas pelos professores?

Resposta	Frequência	
Nunca	1	2,0%
Raramente	3	6,0%
Às vezes	15	30,0%
Frequentemente	15	30,0%
Sempre	16	32,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Tabela 09 - As metodologias utilizadas facilitaram o aprendizado?

Resposta	Frequência	
Não	4	8,0%
Parcialmente	19	38,0%
Sim	27	54,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Sobre o acompanhamento do conteúdo, a **Tabela 10** indica que 52% conseguiram acompanhar apenas “em parte”, e 12% tiveram muitas dificuldades. Apenas 36% afirmaram ter compreendido completamente. Esse dado reforça a noção de que a rapidez dos blocos pode ter limitado a assimilação plena do conteúdo por parte dos alunos da amostra.

Tabela 10 - Você conseguiu acompanhar bem o conteúdo das disciplinas nos blocos?

Resposta	Frequência	
Tive muitas dificuldades	6	12,0%
Em parte	26	52,0%
Sim, completamente	18	36,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

4.4 Satisfação geral e recomendações

A **Tabela 11** aponta um resultado expressivo: **54% da amostra** considerou ter aprendido menos no modelo suplementar do que no semestre tradicional. Outros 38% perceberam aprendizado equivalente e apenas 8% afirmaram ter aprendido mais. Esse resultado pode sugerir que, embora o semestre suplementar tenha possibilitado avanço curricular, ele pode ter sido percebido como menos eficaz em termos de aprendizagem, de acordo com a percepção da amostra de alunos entrevistada. Esse entendimento dialoga com a **Tabela 12**, que mostra que 58% dos respondentes acreditam que o modelo por blocos prejudicou o aprendizado “bastante” ou “um pouco”. Apenas 2% relataram benefício direto desse formato.

Tabela 11 - Comparando o semestre suplementar com o tradicional, você sente que aprendeu no suplementar:

Resposta	Frequência	
Menos que o semestre tradicional	27	54,0%
Igual ao semestre tradicional	19	38,0%
Mais que o semestre tradicional	4	8,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Tabela 12 - O modelo intensivo por blocos prejudicou seu aprendizado?

Resposta	Frequência	
Sim, bastante	11	22,0%
Sim, um pouco	18	36,0%
Não prejudicou	20	40,0%
Pelo contrário, me ajudou	1	2,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A avaliação da satisfação com o semestre suplementar, conforme a **Tabela 13**, mostra que os discentes que compuseram a amostra demonstraram percepções variadas: 38% se mostraram “satisfeitos”, mas o percentual equivalente declarou-se “indiferente”. Somente 22% manifestaram insatisfação explícita. Esses dados podem indicar que, embora existam dificuldades e críticas, a maior parte dos alunos não avaliou a experiência de forma extremamente negativa. Por outro lado, a **Tabela 14** revela algo relevante: 46% recomendariam esse modelo para situações emergenciais, enquanto 22% o recomendariam apenas com mudanças, e 32% não o recomendariam. Esse equilíbrio mostra que, para parte dos respondentes, o formato pode ser útil sob determinadas condições e ajustes.

Tabela 13 - Como você avaliaria sua satisfação com o ensino suplementar no período 2024.3?

Resposta	Frequência	
Muito insatisfeito	5	10,0%
Insatisfeito	6	12,0%
Indiferente	19	38,0%
Satisfeito	19	38,0%
Muito satisfeito	1	2,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Tabela 14 - Recomendaria a adoção desse modelo por blocos em outras situações emergenciais?

Resposta	Frequência	
Não	16	32,0%
Apenas com mudanças	11	22,0%
Sim	23	46,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

4.5 Cumprimento do conteúdo, avaliações e sobrecarga emocional

A **Tabela 15** indica que 48% da amostra de universitários afirmaram que o conteúdo programático foi totalmente cumprido, enquanto 38% consideraram o cumprimento parcial. Esse dado é coerente com o tempo reduzido e a necessidade de reorganização dos conteúdos no modelo intensivo.

Sobre os objetivos de aprendizagem, de acordo com a **Tabela 16**, 46% afirmaram que foram alcançados “em parte”, enquanto 36% declararam que foram alcançados plenamente. Apenas 18% afirmaram que não foram alcançados ou o foram apenas minimamente. Assim, observa-se que, apesar das dificuldades relatadas, há indícios de efetividade pedagógica.

Tabela 15 – O conteúdo programático foi cumprido nas disciplinas cursadas?

Resposta	Frequência	
Não sei dizer	7	14,0%
Parcialmente	19	38,0%
Totalmente	24	48,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Tabela 16 - Sentiu que os objetivos de aprendizagem das disciplinas foram alcançados?

Resposta	Frequência	
Não foram alcançados	5	10,0%
Pouco	4	8,0%
Em parte	23	46,0%
Sim, plenamente	18	36,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

As avaliações, conforme a **Tabela 17**, foram consideradas compatíveis com o tempo disponível por 44% dos alunos que responderam ao questionário, enquanto 36% afirmaram compatibilidade parcial, e 20% as consideraram inadequadas. Este resultado pode sugerir que o processo avaliativo pode ser tido, na percepção da maioria, proporcional às exigências. A **Tabela 18** revela que a maior parte dos discentes que responderam a pesquisa, teve acesso frequente a espaços para tirar dúvidas, sendo 34% “frequentemente” e 22% “sempre”. Ainda assim, 18% relataram dificuldades significativas (“nunca” ou “raramente”).

Tabela 17 - As avaliações foram compatíveis com o tempo disponível para estudo?

Resposta	Frequência	
Não	10	20,0%
Parcialmente	18	36,0%
Sim	22	44,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Tabela 18 - Houve espaço para tirar dúvidas de forma eficaz durante os blocos?

Resposta	Frequência	
Nunca	3	6,0%
Raramente	6	12,0%
Às vezes	13	26,0%
Frequentemente	17	34,0%
Sempre	11	22,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto à saúde mental, na **Tabela 19**, 82% afirmaram ter se sentido sobrecarregados mentalmente em intensidade moderada ou alta. Esse dado pode ter uma relação com a **Tabela 20**, na qual 52% declararam impacto negativo na saúde mental durante o período. Esses elementos evidenciam que, embora o semestre suplementar tenha possibilitado continuidade acadêmica, seu formato intensivo pode ter produzido efeitos psicológicos sobre os alunos que fizeram parte da amostra.

Tabela 19 – Se sentiu sobrecarregado(a) mentalmente nos blocos do suplementar?

Resposta	Frequência	
Não	9	18,0%
Sim, moderadamente	23	46,0%
Sim, de forma intensa	18	36,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Tabela 20 - Sentiu que sua saúde mental foi impactada negativamente nesse período?

Resposta	Frequência	
Não	19	38,0%
Sim	26	52,0%
Prefiro não responder	5	10,0%
Total	50	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

4.6 Percepções qualitativas: desafios e aspectos positivos

As Tabelas 21 e 22, compostas por respostas subjetivas e não estruturadas, apresentam um panorama qualitativo sobre as dificuldades e os aspectos que funcionaram bem. Estas perguntas não eram obrigatórias, por isso, não necessariamente todos os entrevistados responderam, portanto, os percentuais apresentados em ambas as tabelas foram calculados baseados em 37 e 30 respostas, respectivamente na Tabela 21 e Tabela 22.

Analisando a **Tabela 21**, percebe-se que os principais desafios mencionados pelos discentes que pertenceram à amostra, incluem: pouco tempo disponível, carga horária excessiva, muitas tarefas simultâneas, cronogramas desorganizados e sobrecarga mental. Tais elementos corroboram os dados das tabelas anteriores, reforçando a percepção de exaustão e dificuldade de conciliar o ritmo intensivo com a vida pessoal.

Tabela 21 - Quais foram os maiores desafios enfrentados durante o semestre suplementar?

Resposta	Frequência	
Pouco tempo disponível	8	21,6%
Carga horaria excessiva	7	18,9%
Muitas tarefas simultâneas	7	18,9%
Poucas disciplinas disponíveis	6	16,2%
Carga mental excessiva	3	8,1%
Carga horária alta e pouco tempo	3	8,1%
Outros	3	8,1%
Total	37	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Já na **Tabela 22**, os alunos destacam aspectos positivos como organização objetiva das aulas, celeridade no avanço do curso, conteúdos apresentados de forma simplificada, cumprimento do conteúdo no tempo planejado e a presença de dias corridos seguidos de dias mais leves, o que gerou sensação de alívio relativo. Muitos respondentes também indicaram sugestões para adaptações futuras, como redução do volume diário de atividades, melhor equilíbrio entre teoria e prática e ampliação de espaços para dúvidas.

Tabela 22 – O que você considera que funcionou bem no semestre suplementar e que sugestões você daria caso esse modelo venha a ser adotado novamente?

Resposta	Frequência	
Oportunidade de adiantar matérias	6	20%
Organização objetiva das aulas	5	16,7%
Conteúdos simplificados claramente	5	16,7%
Conseguir dar celeridade ao curso (avançar mais rápido)	4	13,3%
Dias corridos seguidos de dias mais leves (“descanso”)	3	10%
Cumprimento do conteúdo no tempo planejado	2	6,7%
Não considero que o semestre suplementar funcionou	5	16,7%
Total	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As greves nas Instituições Federais de Ensino Superior, como a paralisação nacional da educação federal ocorrida em 2024, impõem às universidades a necessidade de adotar medidas excepcionais para regularizar o calendário acadêmico e mitigar os prejuízos decorrentes da interrupção das atividades. Conforme discutido ao longo deste trabalho, uma das principais estratégias institucionais adotadas no contexto analisado foi a reorganização do período letivo por meio da implantação de um semestre suplementar, com carga horária concentrada e duração reduzida. Essa medida buscou assegurar a continuidade da formação acadêmica e o cumprimento dos conteúdos programáticos essenciais, ao mesmo tempo em que visou evitar atrasos adicionais na trajetória dos estudantes.

Nesse sentido, a experiência analisada neste estudo evidencia o esforço institucional em conciliar a recuperação do tempo letivo perdido com a manutenção das atividades acadêmicas após o encerramento da greve. A adoção do semestre suplementar, conforme apresentado neste trabalho, representa uma alternativa de caráter emergencial utilizada pela Universidade investigada para reorganizar seu calendário, refletindo práticas já observadas em outras situações de paralisação no ensino superior federal. Tal contexto reforça a complexidade das decisões tomadas pelas IES no pós-greve, que precisam equilibrar exigências legais, limitações institucionais e a preservação da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Este trabalho teve como proposta, responder o seguinte problema de pesquisa: De que forma a implantação de um semestre suplementar, após a greve nacional da educação federal, impactou a aprendizagem, a organização acadêmica e a saúde mental dos estudantes de uma Universidade Federal do Nordeste? Para responder esse problema de pesquisa, o estudo teve como objetivo, avaliar as implicações do semestre suplementar na formação universitária, analisando se a estratégia de reorganização do calendário preservou a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e a qualidade de vida dos estudantes.

A análise dos dados evidencia que a implantação do semestre suplementar exerceu impacto significativo sobre a organização acadêmica dos estudantes que participaram da pesquisa, ao possibilitar a retomada do calendário letivo e o adiantamento de componentes curriculares após o período de paralisação. Conforme demonstrado nos resultados, o modelo intensivo por blocos contribuiu para o cumprimento, total ou parcial, do conteúdo programático e dos objetivos de aprendizagem em diversas disciplinas, cumprindo sua função institucional de garantir a continuidade acadêmica. Contudo, essa reorganização ocorreu à custa de uma elevada concentração da carga horária, redução do tempo disponível para estudos extraclasse e intensificação do número de atividades e avaliações em curtos intervalos, o que dificultou o acompanhamento adequado dos conteúdos por parte de parcela expressiva dos estudantes investigados.

No que se refere à aprendizagem e à saúde mental, os resultados apontam impactos predominantemente desfavoráveis. A maioria dos respondentes relatou percepção de aprendizado inferior, quando comparado ao semestre tradicional, associando tal percepção ao ritmo acelerado do semestre suplementar e à sobrecarga acadêmica vivenciada. Além disso, também se observou elevada incidência de relatos de sobrecarga mental moderada a intensa, bem como de impactos negativos sobre a saúde mental durante o período analisado. Esses achados indicam que, embora o semestre suplementar tenha se mostrado eficaz enquanto estratégia emergencial para regularização do calendário acadêmico, sua implementação acarretou limitações pedagógicas e repercussões no bem-estar estudantil, evidenciando a necessidade de maior planejamento institucional, adequação das práticas pedagógicas e ampliação de mecanismos de apoio aos estudantes em contextos semelhantes.

Como limitação deste estudo, destaca-se a baixa adesão dos participantes ao responderem o questionário, o que resultou em uma amostra reduzida. Em decorrência do

tamanho limitado da amostra, obteve-se uma margem de erro superior a 10% ($\pm 11,41\%$), inviabilizando a realização de inferências estatísticas para a população investigada. Dessa forma, os resultados e conclusões obtidos restringem-se exclusivamente ao conjunto de respondentes analisados, não podendo ser generalizados para além da amostra.

Recomenda-se para trabalhos futuros a inclusão de outros sujeitos da comunidade acadêmica, como os docentes, técnicos-administrativos e gestores, de modo a compreender o semestre suplementar de forma mais sistêmica, considerando diferentes perspectivas sobre planejamento, execução e impactos pedagógicos e institucionais. Também recomenda-se realizar novas investigações com os discentes, no entanto, realizando um acompanhamento antes, durante e após o semestre suplementar, com o objetivo de avaliar impactos de médio e longo prazo no desempenho acadêmico, na evasão, na retenção e na progressão curricular, como também, possíveis impactos emocionais.

REFERÊNCIAS

ÁGORA RN. **Professores da UFRN decidem encerrar greve**, 2024. Disponível em: <<https://agorarn.com.br/ultimas/professores-da-ufrn-decidem-encerrar-greve/>>. Acesso em outubro de 2025.

ALMEIDA, M.G.M.; ARAUJO, M.D.E.F.; ARAUJO, R.S. A Emenda Constitucional nº. 95/2016 e seus efeitos sobre a assistência estudantil no Instituto Federal da Paraíba Campus João Pessoa. **Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 14, 130248, 2024.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFPE (ADUFEPE). **Adufepe vai à Brasília acompanhar cumprimento de acordo que encerrou greve de docentes das Ifes**, 2024. Disponível em: <<https://adufepe.org.br/greve-adufepe-vai-a-brasilia-acompanhar-cumprimento-de-acordo-que-encerrou-greve-de-docentes-das-ifes/>>. Acesso em novembro de 2025.

IMPrensa NORDESTE. Veja a lista com todas as universidades federais do Brasil e no Nordeste. Imprensa Nordeste, julho de 2024. Disponível em: <<https://impresnanordeste.com.br/veja-a-lista-com-todas/>>. Acesso em janeiro de 2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Greve remunerada nas universidades federais**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/2012/07/17/greve-remunerada-nas-universidades-federais/>>. Acesso em outubro de 2025.

BIZERRIL, M. **A interiorização das Universidades Federais foi um acerto estratégico para o Brasil**, 2018. UNB Notícias. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/artigos-main/2580-a-interiorizacao-das-universidades-federais-foi-um-acerto-estrategico-para-o-brasil>>. Acesso em dezembro de 2025.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W.O. **Elementos de Amostragem**. São Paulo: Blucher, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&Itemid=>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Brasília. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/reuni>>. Acesso em outubro de 2025.

CARDOSO, G. **Universidades federais perderam 83% da verba para investimentos em infraestrutura em 10 anos**. Brasília, 2024. Disponível em: <<https://portalcorreio.com.br/universidades-federais-perderam-83-da-verba-para-investimentos-em-infraestrutura-em-10-anos>>. Acesso em setembro de 2025.

CARMO, A.F.; ALMEIDA, J.E.; QUEIROZ, D.K. INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO: UMA REVISÃO DE LITERATURA. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 24, 2023.

CARVALHO, A.Q.; GUIMARAES, A.R. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: análise do Instituto Federal do Amapá – IFAP (2018-2023). **Revista de Financiamento da Educação**, v. 15, n. 25, 2025.

COSTA FILHO, J.P. **A interiorização da educação superior pública e sua relação com o contexto local: o caso da universidade do estado do Amazonas**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2019.

FELINTO, J.F.; MORAIS, A.S.; CARVALHO, R.A.; BIZERRA, L.F.F. Os impactos da Emenda Constitucional nº 95/2016 nas Universidades Federais: O caminho para o desmonte. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, 2022.

FERNANDES, L. **Governo e entidades assinam acordo que põe fim à greve da educação federal e fixam data de volta às aulas**. Brasil de Fato, 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/06/27/governo-e-entidades-assinam-acordo-que-poe-fim-a-greve-da-educacao-federal-e-fixam-data-de-volta-as-aulas>>. Acesso em novembro de 2025.

FREITAS, J.B.; LEMOS, F.; FLKOR, J.; SÁ, I.; FERES JÚNIOR, J. Políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. **Revista Levantamento Ação Afirmativa**, 2020.

G1. **Greve nas federais faz 3 meses com impasse entre governo e professores**, 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/08/greve-nas-federais-faz-3-meses-com-impasse-entre-governo-e-professores.html>>. Acesso em novembro de 2025.

GRACIOSO, A. **As falhas que levam à evasão**, 2025. Disponível em: <<https://revistaensinosuperior.com.br/2025/09/22/as-falhas-que-levam-a-evasao>>. Acesso em novembro de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO (IBDP). **Em 2015, greve no funcionalismo paralisou aulas e atrasou benefícios do INSS**, 2012. Disponível em: <<https://www.ibdp.org.br/2022/01/18/em-2015-greve-no-funcionalismo-paralisou-aulas-e-atrasou-beneficios-do-inss/>>, Acesso em novembro de 2025.

MARTINI, A.F. **As cotas nas universidades públicas brasileiras**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

MATTOS, M.B. Uma greve, várias lições. A greve das universidades Federais no Brasil em 2012. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, n. 10, v. 4, 2013.

MELO, P.B.; CAMPOS, L.H.R. **A interiorização recente das instituições públicas e gratuitas de ensino superior no Nordeste: efeitos e mudanças**. Fundação Joaquim Nabuco, 2014.

NOVAES, C.V.; FONSECA, J.S. A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E SUA FUNÇÃO SOCIAL NO PERCURSO CONSTITUCIONAL. **VII Congresso Nacional de Educação**, Maceió - AL, 2020.

OLIVEIRA, V.A.; VIEIRA, E.T.; SANTOS, T.N.; NIYAMA, J.K. Emenda Constitucional n.º 95/2016 e seu impacto em uma universidade federal. **Revista Ambiente Contábil - UFRN – Natal - RN**. v. 14, 2022.

PINTO, S.C.; CUNHA, M.N. Consequências das greves na vida profissional e pessoal dos docentes. **Navigating through the knowledge of education**, v.2, 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisas e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, Rs: Universidade Feevale, 2013.

QUEIROZ, V.C. **Os desafios das universidades brasileiras**, 2024. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/413411/os-desafios-das-universidades-brasileiras>>. Acesso em novembro de 2025.

SANTOS, L. **Universidade pública federal é o maior patrimônio do nosso sistema nacional de ciência e tecnologia**. Governo Federal, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/08/201cuniversidade-publica-federal-e-o-maior-patrimonio-do-nosso-sistema-nacional-de-ciencia-e-tecnologia201d-afirma-luciana-santos>>. Acesso em setembro de 2025.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES). **Setor das Federais aponta greve docente a partir de 15 de abril**, 2024. Acesso em outubro de 2025.
Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/setor-das-federais-aponta-greve-docente-a-partir-de-15-de-abril1>>. Acesso em outubro de 2025.

TRIBUNA DO NORTE. **Greve das universidades e o “teste da realidade”**. 2024. Disponível em: <<https://tribunadonorte.com.br/colunas/greve-das-universidades-e-o-teste-da-realidade/>>. Acesso em dezembro de 2025.